

Atena
Editora
Ano 2021

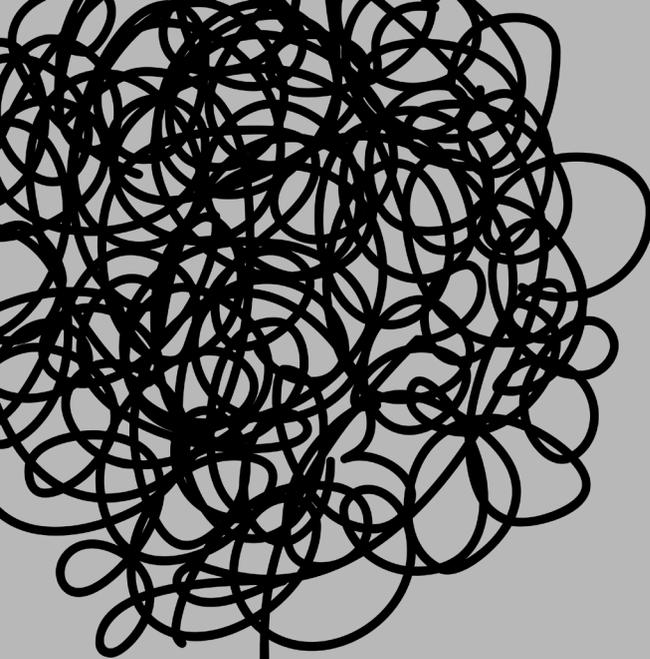


A Pesquisa em Psicologia:

Contribuições para o
Debate Metodológico

Ezequiel Martins Ferreira
(Organizador)



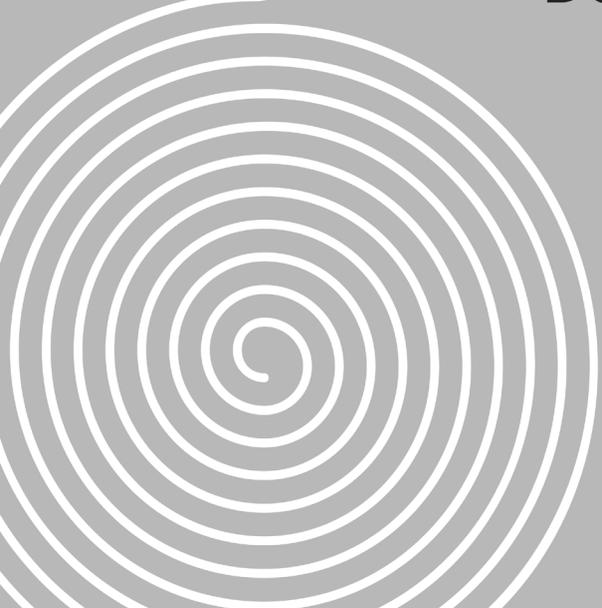


Atena
Editora
Ano 2021



A Pesquisa em Psicologia:

Contribuições para o
Debate Metodológico



Ezequiel Martins Ferreira
(Organizador)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miraniide Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andrezza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

A pesquisa em psicologia: contribuições para o debate metodológico

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Ezequiel Martins Ferreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P474 A pesquisa em psicologia: contribuições para o debate metodológico / Organizador Ezequiel Martins Ferreira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-016-9

DOI 10.22533/at.ed.169210605

1. Psicologia. I. Ferreira, Ezequiel Martins
(Organizador). II. Título.

CDD 150

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

A coletânea *A Pesquisa em Psicologia: Contribuições para o Debate Metodológico*, reúne vinte e dois artigos que abordam algumas das possibilidades metodológicas do saber psicológico.

A Psicologia enquanto campo teórico-metodológico traz em suas raízes tanto a especulação filosófica sobre a consciência, a investigação psicanalítica do inconsciente, quanto a prática dos efeitos terapêuticos da medicina e em especial da fisiologia.

E, desse ponto de partida se expande a uma infinidade de novas abordagens da consciência humana, creditando ou não algum poder para o inconsciente como plano de fundo.

A presente coletânea trata de algumas dessas abordagens em suas elaborações mais atuais como podemos ver nos primeiros capítulos em que se tratam do inconsciente em suas relações com os mitos, o erotismo, os corpos, as contribuições socioeducativas entre outros olhares para o que é abarcado pelo psiquismo humano.

Em seguida temos alguns temas situacionais de nossa realidade imediata quanto aos efeitos psicológicos do isolamento social e o medo da morte, assim como de uma, não tão nova, ferramenta para o tratamento psicológico que é o teleatendimento.

Uma boa leitura!

Ezequiel Martins Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
DA METÁFORA, DO SONHO E DO MITO: APROXIMAÇÕES DE INCONSCIENTE Ezequiel Martins Ferreira DOI 10.22533/at.ed.1692106051	
CAPÍTULO 2	9
ESCRITORA E ESCRITURA: ANNE CÉCILE DESCLOS E SUA ESCRITA ERÓTICA COMO CARTA DE AMOR Elizabeth Fátima Teodoro Wilson Camilo Chaves DOI 10.22533/at.ed.1692106052	
CAPÍTULO 3	21
CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE PARA O ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO: RELATOS DA PRÁTICA Yliah Cavalcanti Sardinha Gabriel Monteiro da Fonseca Leal Maia Izabela dos Santos de Oliveira DOI 10.22533/at.ed.1692106053	
CAPÍTULO 4	32
UMA NOVA GEOGRAFIA DO CORPO: ESTÉTICA, SUBJETIVIDADE E CLASSE SOCIAL Joana de Vilhena Novaes DOI 10.22533/at.ed.1692106054	
CAPÍTULO 5	50
PERCEPÇÕES DE QUEIXA ESCOLAR DE JOVENS ADULTOS DE UM CURSINHO PRÉ- VESTIBULAR Isis Grazielle da Silva Ana Caroline Dias da Silva DOI 10.22533/at.ed.1692106055	
CAPÍTULO 6	58
A PSICOLOGIA CORPORAL NO TRATAMENTO DO MAL DO SÉCULO: DEPRESSÃO Estela Maris Lançonni Cantarelli Maria Márcia Soares José Henrique Volpi DOI 10.22533/at.ed.1692106056	
CAPÍTULO 7	66
AS BASES INTERDISCIPLINARES E TRANSDISCIPLINARES DA PESQUISA EM PSICOLOGIA ANALÍTICA: UM OLHAR PARA A TOTALIDADE DO INDIVÍDUO E DO MUNDO Leonard Almeida de Moraes DOI 10.22533/at.ed.1692106057	

CAPÍTULO 8.....	74
GRUPOS TERAPÊUTICOS EM CLÍNICA DE INTERNAÇÃO PSQUIÁTRICA EM HOSPITAL GERAL: POSSIBILIDADE DE ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO	
Mariana Lopes de Almeida Arina Marques Lebrego João Bosco Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.1692106058	
CAPÍTULO 9.....	83
A ELABORAÇÃO DO LUTO NO CÔNJUGE LONGEVO E A SUA AUTONOMIA	
Francisca Sousa Vale Ferreira da Silva Patrícia Melo do Monte	
DOI 10.22533/at.ed.1692106059	
CAPÍTULO 10.....	90
A IMPORTÂNCIA DO ESCUTAR O SOFRIMENTO PSÍQUICO DE MULHERES HOSPITALIZADAS EM ENFERMIARIAS CARDIOLÓGICAS OU QUE SOFRERAM CIRURGIA CARDÍACA	
Suzana Lopes Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.16921060510	
CAPÍTULO 11.....	98
MÃES RECÉM NASCIDAS, SEUS BEBÊS, O BEBÊ QUE EXISTE EM TODO ADULTO E A CLÍNICA BIODINÂMICA	
Eliana Lemos Pommé	
DOI 10.22533/at.ed.16921060511	
CAPÍTULO 12.....	106
PROJETO DE INTERVENÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL PARA PROMOVER ATIVIDADES DE RECREAÇÃO A IDOSOS EM ISOLAMENTO SOCIAL EM UM CENTRO DE VIVÊNCIA DA TERCEIRA IDADE DURANTE A PANDEMIA DO SARS-COV-2	
Carolina Soprani Valente Muniz Daniel Zanotti da Silva Raquel da Cunha Leite Laís Sudré Campos	
DOI 10.22533/at.ed.16921060512	
CAPÍTULO 13.....	119
DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL NA ELABORAÇÃO DO PLANO DE ENFRENTAMENTO EM SITUAÇÕES DE PANDEMIA	
Bárbara Bergozza Elenice Deon Karoliny Stefany Jost Christianne Leduc Bastos Antunes Eliana Sardi Bortolon Rosângela Andreoli Ortiz Thais Pinto Teixeira Sherol da Silva dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.16921060513	

CAPÍTULO 14.....	132
AUTOMEDICAÇÃO E EFEITOS PSICOLÓGICOS EM IDOSOS DURANTE O ISOLAMENTO SOCIAL	
Edivan Lourenço da Silva Júnior Luisa Fernanda Camacho Gonzalez	
DOI 10.22533/at.ed.16921060514	
CAPÍTULO 15.....	142
PLATAFORMAS COLETIVAS DE PSICOTERAPIA ON-LINE: UMA ANÁLISE QUALITATIVA	
Luísa Gianoni Marques Rafael Fontan Ottolia Nara Helena Lopes Pereira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.16921060515	
CAPÍTULO 16.....	153
IMPACTOS PSICOSSOCIAIS EM MÃES CUIDADORAS DE FILHOS AUTISTAS	
Adriana Pagan Tonon Lais Rodrigues Fernando Luis Macedo	
DOI 10.22533/at.ed.16921060516	
CAPÍTULO 17.....	167
CULPADOS OU INOCENTES? ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO: FATORES DE RISCOS PARA A INCIDÊNCIA DE ATOS INFRAACIONAIS	
Amanda Daysê Loureiro Serra e Silva Kalyandra Brandão de Carvalho Yloma Fernanda de Oliveira Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.16921060517	
CAPÍTULO 18.....	179
ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO DO SUJEITO SURDO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	
Lidiane Jaqueline de Souza Costa Marchesan Juliana Corrêa de Lima Sílvia Maria de Oliveira Pavão	
DOI 10.22533/at.ed.16921060518	
CAPÍTULO 19.....	194
LIÇÕES DA PSICOLOGIA SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE METODOLÓGICO – UMA PERSPECTIVA CONSTRUTIVISTA	
Jeannette Leontina Navarro E. Oscar Edgardo N. Escobar	
DOI 10.22533/at.ed.16921060519	

CAPÍTULO 20.....	210
OLHAR PSICOLÓGICO NO ÂMBITO PROFISSIONAL: CONTRIBUIÇÕES E ATRIBUIÇÕES	
Bárbara Bergozza	
Karoliny Stefany Jost	
Jéssica Piovesan	
Christianne Leduc Bastos Antunes	
Eliana Sardi Bortolon	
Rosângela Andreoli Ortiz	
Sherol da Silva dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.16921060520	
CAPÍTULO 21.....	226
ATUAÇÃO DE ESTÁGIO EM PSICOLOGIA NO RH DE UMA EMPRESA: ETAPAS DE PROCESSO SELETIVO	
Simone Vieira Campos	
Gledson Lima Alves	
DOI 10.22533/at.ed.16921060521	
CAPÍTULO 22.....	238
A ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL E O COACHING DE CARREIRA: SIMILARIDADES E DIFERENÇAS	
Rafaela Roman de Faria	
Camila Marochi Telles	
DOI 10.22533/at.ed.16921060522	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	249
ÍNDICE REMISSIVO.....	250

CULPADOS OU INOCENTES? ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO: FATORES DE RISCOS PARA A INCIDÊNCIA DE ATOS INFRACIONAIS

Data de aceite: 27/04/2021

Data de submissão: 13/03/2021

Amanda Daysê Loureiro Serra e Silva

Faculdade Inspirar
<http://lattes.cnpq.br/2376263951143491>

Kalyandra Brandão de Carvalho

UNINASSAU
<http://lattes.cnpq.br/5390787701742174>

Yloma Fernanda de Oliveira Rocha

Hospital de Clínicas de Porto Alegre
<http://lattes.cnpq.br/4060270504740614>

RESUMO: Ao analisar a conjuntura brasileira no tocante a segurança pública, percebe-se que inúmeros são os fatores que contribuem para o cometimento de atos infracionais por parte dos adolescentes. Essa pesquisa tem como objetivo: analisar os fatores de riscos para a incidência de atos infracionais por parte de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação. A pesquisa foi realizada no Centro de Internação, em que é efetivado a medida socioeducativa de internação. Participaram da pesquisa dez sujeitos adolescentes. A pesquisa se configurou como qualitativa, em que os dados foram coletados através observação sistemática, história de vida, e entrevista semiestruturada. As entrevistas foram realizadas, individualmente, com o prévio consentimento dos pais e instituição. Os dados foram gravados, transcritos e analisados por meio da análise de conteúdo.

Os resultados apontaram que os fatores de risco predominantes, na realidade dos entrevistados, são as amizades, conflitos familiares, evasão e a baixa frequência escolar, dificuldades de aprendizagem, e abuso de substâncias psicoativas.

PALAVRAS - CHAVE: Ato Infracional. Fatores de Risco. Adolescentes.

ABSTRACT: When analyzing the Brazilian situation with regard to public security, it is clear that there are countless factors that contribute to the commission of infractions by adolescents. This research aims to: analyze the risk factors for the incidence of infractions by adolescents in compliance with a socio-educational measure of hospitalization. The research was carried out at the Internment Center, where the socio-educational internment measure is carried out. Ten adolescent subjects participated in the research. The research was configured as qualitative, in which data were collected through systematic observation, life history, and semi-structured interview. The interviews were carried out, individually, with the prior consent of the parents and the institution. The data were recorded, transcribed and analyzed through content analysis. The results showed that the predominant risk factors, in the reality of the interviewees, are friendships, family conflicts, dropout and low school attendance, learning difficulties, and abuse of psychoactive substances.

KEYWORDS: Infracional Act. Risk factors. Teens.

1 | INTRODUÇÃO

O Brasil vem apresentando cotidianamente a violência praticada por adolescentes, as proporções são específicas para cada região brasileira e até para outros países, considerando seu contexto político e social.

A violência praticada por adolescentes tem atingido índices significativos, o que levou o país e outros países a tomarem medidas e políticas capazes de combater ou minimizar a referida situação. Nesse contexto, os fatores que causam estas ações infratoras são inúmeros como: natureza biológica (individuais) ou psicossociais (sociais), emocionais, pessoais, familiares e pedagógicos, que se relacionam com eventos negativos de vida e, quando presentes, aumentam a probabilidade de eventos disruptivos por parte dos adolescentes (POLETTI; KOLLER, 2008) Nesse sentido, tem-se como objetivo geral: analisar os fatores de riscos para a incidência de atos infracionais por parte de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação. Para tanto, utilizou-se como objetivos específicos: descrever distintos tipos de fatores de riscos, analisar a participação dos adolescentes no contexto das oportunidades oferecidas socialmente e educacionalmente; identificar a percepção dos adolescentes acerca dos fatores de riscos para a execução de atos infracionais.

Assim, ao adolescente que cometeu ato infracional, a justiça especializada pode aplicar uma série de medidas listadas no Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA (lei nº 8069/90). Entre as quais, destaca-se a medida de internação prevista no artigo 121 da referida lei. Ao ser incluso no sistema de medidas socioeducativas, passa a ser responsabilidade do Estado em promover as ações que reintegrem o adolescente no contexto social.

Com base em leituras que tratam do referido contexto, percebe-se uma grande preocupação em ressocializar esse adolescente, porém, a falta de forma efetiva de políticas públicas para a prevenção de comportamentos disruptivos/atos infracionais por parte dos adolescentes. Nesse sentido, pouco se trabalha os fatores de risco, os quais minimizaria a incidência das infrações. Assim, viu-se instigada a conhecer os fatores de risco, subsidiando conhecimentos acerca da temática. Toma-se como relevância social e acadêmica, a partir do momento que o estudo começa a ser evidenciado na instituição, e no âmbito acadêmico, subsidiando gama de preocupações acerca da necessidade de se trabalhar prevenção e maximizar os fatores de proteção. Vale ressaltar que a referida pesquisa, uma vez que envolve seres humanos, foi realizada contemplando os princípios da Resolução nº. 466/12.

Espera-se, assim, que o estudo contribua à literatura que trata acerca da adolescência, seus atores, e seus sentidos subjetivos, bem como esclarecendo indagações que permeiam esse contexto dotado de paradoxos, preconceitos, e distorções sociais. Vale ressaltar ainda a contribuição acerca da produção de informações sobre a problemática

nas escolas, nos Centros de Referências e a elaboração e implementação de Políticas Públicas necessárias ao atendimento a esse segmento juvenil.

2 I CONTEXTO DE UM ADOLESCER

A discussão sobre os aspectos da violência, desenvolvimento biopsicossocial, infância e adolescência ganharam espaço em significativos segmentos da sociedade. Assim, no que tange aos aspectos relacionais entre violência e adolescência, acredita-se que os atos infracionais cometidos por adolescentes devem ser objeto de estudo, considerando que criança e adolescente, segundo a Constituição Federal de 1988, é prioridade.

O Brasil vem desde o século XIX, experimentando medidas punitivas acerca de adolescentes autores de atos infracionais, e após muitas tentativas se conseguiu efetivar uma lei que considerasse que não basta apenas punir, mas também intervir no contexto pessoal, social e educacional dos adolescentes. A Lei nº 8069/90 denominada de Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, em que prevê medidas punitivas para adolescentes que cometem ato infracional.

Vale ressaltar que o ECA se base também nos aspectos da prevenção através da inserção em programas sociais, visando a minimização da aplicação de medidas socioeducativas, em especial a de privação de liberdade que é o último recurso para se aplicar ao adolescente autor de ato infracional. Quando esta é aplicada é considerado a natureza do fato, bem como a possibilidade de submissão à medida.

2.1 Considerações Teóricas do Conceito de Adolescência

A fase da adolescência, é permeada por uma série de mudanças físicas, sócio emocionais, psicológicas entre outras. Uma fase na qual o indivíduo inicia a percepção de mundo a partir de seu próprio olhar buscando nas demandas sociais e nos outros sujeitos a identificação que possibilite sua inserção no contexto social.

A definição de adolescência é distinta em várias sociedades, culturas e âmbitos epistemológicos. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), considera-se adolescente aquele indivíduo entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos de idade. BRASIL, (Lei nº 8.069/1990).

De acordo com o ECA, a compreensão entre a fase da infância e da adolescência é necessária para que assim se perceba a vulnerabilidade de ambos, com novas descobertas e conhecimentos, sejam eles sociais, políticos, cognitivos e educacionais.

Na inserção da adolescência urgem novos significados e mudanças físicas como alteração da voz, crescimento de pêlos, desenvolvimento de mamas, estrutura corporal, passagem da fase concreta para abstrata acerca das ideias. Esta fase, marca a mudança e as adaptações que o indivíduo vivencia na transição para a fase adulta. É um período que se refere ao desenvolvimento de competências pessoais e interpessoais, aquisição de

habilidades e tomada de decisões (SCHENKER, MINAYO, 2004, p. 02).

A adolescência, deve ser tratada por diferentes áreas de estudos, haja vista que este é um período caracterizado pela vulnerabilidade, associada a fatores individuais, familiares, culturais, sociais, políticos, econômicos e biológicos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2005). No que tange aos fatores individuais esse versam sobre as mudanças físicas, particular a cada indivíduo. Familiares é o momento em que o adolescente muitas vezes se afasta da família para se aproximar mais de seus amigos devido o sentimento de pertencimento a seus pares adolescentes. As mudanças culturais e sociais são relacionadas a interface sobre toda sua história até o presente momento da adolescência. Muitas percepções se modificam, dando lugar a novos significados acerca do ser. Assim, os aspectos políticos e econômicos são interligados a uma nova forma de ser em meio à sociedade, com poder de voto, e conhecimento do senso de justiça e igualdade. Por fim, com relação aos aspectos biológicos esses filogenéticos e ontogenéticos. Nesse sentido, percorre-se entendimentos acerca das causalidades dos atos infracionais, considerando o adolescer, bem como, os fatores de risco para a transgressão na adolescência.

2.2 Fatores de Risco

A literatura aponta como fatores de risco para a prática do ato infracional, aspectos pessoais, familiares, sociais e escolares, como: dificuldades de aprendizagem e baixa escolaridade, violência intrafamiliar, violência no meio social, consumo de drogas e pobreza (GALLO; WILLIAMS, 2005). Cada sujeito vivencia uma situação estressora de diferentes formas, sendo determinado o grau de impacto, conforme se é percebido esse evento. Os processos de proteção buscam ir ao encontro do impacto de fatores de risco para proporcionar formas de resoluções dessas dificuldades vivenciadas no seu dia a dia, diminuindo as possibilidades de risco (Amparo et al, 2008). Fazem parte dos fatores de proteção promover autonomia da criança e adolescente, favorecer atividades esportivas, suporte cultural, participação ativa da família no seu dia a dia, como também seu direito a escola, educação e serviços de saúde como médicos, psicólogos e outros (MAIA; WILLIAMS, 2005).

A não existência de fatores de proteção, intensifica a probabilidade dos sujeitos desenvolverem padrões de conduta deturpados.

Assim, fatores de risco são fatores de natureza biológica (individuais) ou psicossociais (sociais), que se relacionam com eventos negativos de vida e, quando presentes, aumentam a probabilidade da pessoa apresentar problemas físicos, sociais ou emocionais ameaçando o desenvolvimento saudável destes adolescentes. Dentro do modelo bioecológico, estes fatores são analisados não de forma isolada e independente, mas sim a partir de uma perspectiva, na qual estas questões estão inter-relacionadas dentro de cada contexto. Deve ser considerada a forma que o adolescente enfrentará uma situação estressora, do contexto em que aconteceu o ato, a sua rede de apoio, suas características individuais e

o momento em que está passando no seu desenvolvimento (POLETTI; KOLLER, 2008).

As condições culturais podem ser um fator de risco desencadeante para o cometimento do ato infracional, como morar e viver em ambientes de conflito familiar, sem perspectiva futura de trabalho, condição presente em um dos entrevistados, que mesmo após o cumprimento das medidas relata ter dificuldade para conseguir emprego, por ter estarem estigmatizados pela sociedade. Um quadro que dificulta uma visão de vida futura para os mesmos, em que a sociedade barra a presença desses adolescentes, impossibilitando a mudança e desmotivando-os a alcançá-la (DELLECAVE; BARBOZA, 2018)

Dessa forma, vale ressaltar que os fatores de riscos não existem apenas antes da internação, mas após sua saída também. O adolescente retornando ao mesmo contexto sem um projeto de vida que deveria ser trabalhado nas Unidades de Internação, ocorrerá a reincidência de atos infracionais.

2.3 Ato Infracional

O Estado interfere no adolescente quando este já praticou ato infracional. O Estado aplica a medida socioeducativa, que busca reintegrar o adolescente a sociedade, bem como reeduca-lo para que suas ações sejam socialmente adequadas e não mais reincida na prática de atos infracionais. Com base, em leituras sobre atos infracionais pode-se afirmar que é toda ação delituosa ou errada que atinja uma pessoa ou um determinado grupo, praticado por adolescentes. Paula (2006) refere-se ao ato infracional como um desvalor social. Já o ECA, (BRASIL, 1990) conceitua ato infracional como toda conduta descrita como crime ou contravenção penal praticado por indivíduo menor de 18 anos de idade (Art. 103 e 104).

Nesse contexto, embora o adolescente seja penalmente inimputável, eles estão sujeitos às medidas, e rótulos sociais. Foucault (1996) distingue infrator e delinquente. Infrator é o que infringe, transgredir uma norma jurídica previamente estabelecida. Já o delinquente é a condição criada pelos sistemas sociais que submete o indivíduo a uma categoria estigmatizada e rotulada. Na primeira definição o ato é colocado como principal fator, na segunda o sujeito.

2.4 A Dupla Face das Medidas Socioeducativas: do Sancionatório ao Pedagógico

As medidas socioeducativas são impostas aos adolescentes, quando considerados autores de atos infracionais. Estas são destinadas a formação do tratamento tutelar empreendido, a fim de reintegrar o adolescente para atingir a normalidade da integração social. Os métodos para tratamento e orientação tutelares são pedagógicos, sociais, psicológicos e psiquiátricos, visando, sobretudo a reintegração do adolescente em sua família e na comunidade local.

A aplicação das medidas socioeducativas são com base na natureza do ato, bem

como na capacidade de se cumpri-la, sua gravidade e circunstâncias da infração. As medidas são impostas quando são pegos em flagrante ou quando existem provas suficientes acerca da autoria e materialidade da infração. Assim, o Estatuto relaciona, no seu artigo 112, como medidas socioeducativas: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semi-liberdade, internação em estabelecimentos educacionais (BRASIL, 1990).

A definição de internação está como medida privativa de liberdade, onde o adolescente está submetido a ação socioeducativa e privado do direito de ir e vir. Esta medida configura teoricamente um amplo avanço acerca da medida de internação usualmente praticada no Brasil, haja vista que é aplicada em centros ou Unidades educacionais, em que o adolescente possui seus outros direitos garantidos, diferentemente das internações em que ocorriam nos denominados antigos Códigos que tratavam do adolescente em vulnerabilidade social.

Cabe salientar que:

Três são os princípios que condicionam a aplicação da medida privativa de liberdade: o princípio da brevidade, enquanto limite cronológico; o princípio da excepcionalidade, enquanto limite lógico no processo decisório acerca de sua aplicação; e o princípio do respeito à condição peculiar da pessoa em desenvolvimento, enquanto limite ontológico, a ser considerado na decisão e implementação (COSTA, 2006, p.33)

Faz mister colocar que o fato da medida privativa de liberdade não comportar prazo determinado, prevista a sua reavaliação, no máximo a cada seis meses, insere no processo “socioeducativo o mecanismo da reciprocidade, fazendo com que seu tempo de duração passe a guardar uma correlação direta com a gravidade do fato, a conduta do adolescente e a capacidade por ele demonstrada de corroborar a abordagem socioeducativa” (COSTA, 2006).

Os Centros em que ocorrem a privação de liberdade destes adolescentes deve considerar as particularidades do adolescente, como natureza do ato, compleição física, contexto socioeducacional entre outros que são inerentes a um adolescente. Assim, a obrigatoriedade da prática de atividades pedagógicas, mesmo durante a internação provisória, é que caracteriza a natureza socioeducativa de medida privativa de liberdade.

Nesse sentido, como forma de se conhecer os fatores de riscos que subsidiaram a efetivação de atos infracionais, e posteriormente cumprimento de medida socioeducativa, realizou-se uma pesquisa para elucidar e reconhecer os riscos da adolescência para a incidência e reincidência de atos infracionais.

3 | METODOLOGIA

Com relação ao delineamento da pesquisa, o presente estudo se configura como qualitativo, com fins descritivos. A pesquisa qualitativa ocupa-se da compreensão dos fenômenos através da análise dos conteúdos, aspectos da realidade que não podem ser quantificados, e são compreendidos pelo aprofundamento e explicação da dinâmica das relações sociais. Para Minayo (2001), a metodologia qualitativa denota questões muito particulares. O campo de pesquisa escolhido foi o Centro de Cumprimento de Medida Socioeducativa de internação em um Estado do Nordeste, que possui adolescentes entre 12 e 18 anos cumprindo medida socioeducativa de internação, e que sua maioria fizeram abuso de substâncias psicoativas. A instituição efetiva o que o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA Lei nº 8.069/90 prevê acerca das medidas sócio educativas de internação, tornando-se um local coercitivo e educacional, conforme previsto no documento ECA. Considera-se ato infracional grave: homicídios, latrocínios, roubo, extorsão, estupro, lesão gravíssima, e tráfico de drogas. Os adolescentes são internos divididos por Alas conforme ato infracional cometido, e compleição física como prevê o ECA.

Com relação os critérios de inclusão dos sujeitos, foram incluídos no estudo 10 adolescentes em vulnerabilidade social internos no Centro, do sexo masculino, com idades entre 15 e 18 anos. Os sujeitos da pesquisa são de classe economicamente baixa, residentes na capital ou oriundos, em sua maioria do interior do Estado. Possuem distorção série/idade, são evadidos da escola regular de ensino, e faziam abuso de substâncias, antes de serem internos. Participam de mais uma atividade educativa oferecida na instituição, como cursos profissionalizantes, escola e/ou vivências. Ademais, utilizou-se também como critério de inclusão internos com mais de três meses, haja vista que antes de três meses, pode ocorrer a desinternação a qualquer momento, caso o adolescente se enquadre nos seguintes artigos do ECA: III – por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta. § 1º O prazo de internação na hipótese do inciso III deste artigo não poderá ser superior a 3 (três) meses, devendo ser decretada judicialmente após o devido processo legal. (Redação dada pela Lei nº 12.594, de 2012). Não foi considerado na pesquisa o tipo de ato infracional.

Como instrumento de coleta de dados utilizou-se observação sistemática, história de vida para o entendimento sobre os fatores de riscos, processos socioeducativos da sua infância e adolescência em que “consiste em uma entrevista aberta, sem um roteiro pré-determinado, na qual se pede ao entrevistado para falar livremente sobre sua vida, um determinado período ou aspecto dela” (FERTIG, 2013, p.53) e entrevista individual semi-estruturada que nos permite a utilização de um roteiro previamente elaborado, sendo o mais indicada para o tipo de pesquisa (MINAYO, 2001). A entrevista foi executada com prévio agendamento da instituição, respeitando sua rotina, bem como o horário de atividades socioeducacionais dos adolescentes.

Para que os instrumentos de coleta de dados fossem utilizados de forma a cumprir o proposto e responder os objetivos foi estabelecido um contato mais próximo com os sujeitos (adolescentes), através da observação sistemática, uma roda de conversa com análise de um texto do livro Cabeça de Porco do autor Soares, MV Bill e Athaydec (2005) que subsidiou reflexões a realidade dos participantes. Posteriormente, aplicou-se através da conversação a história de vida dos sujeitos, e entrevista, que foram gravados, para transcrição. Para a produção dos dados, foi feito inicialmente, uma pesquisa bibliográfica, com o objetivo de investigar conceitos sobre o referido tema. Lima; Mioto (2007, p. 43) afirmam que a pesquisa bibliográfica é “[...] um procedimento metodológico importante na produção do conhecimento científico capaz de gerar, especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas”.

As etapas cumpridas durante no processo de realização da pesquisa foram as seguintes: leitura e documentação; produção de informações junto aos sujeitos; construção e análise interpretativa das informações produzidas para assim responder os objetivos propostos. A análise de dados é do tipo análise de conteúdo, em que permite a análise dos conteúdos coletados das distintas formas.

Nesse processo, houve adesão voluntária à pesquisa, com a apresentação dos objetivos e aspectos éticos do estudo, bem como com a assinatura do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) por parte dos adolescentes, e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) por parte dos pais dos adolescentes, do Coordenador da Instituição. Foram informados da possibilidade de desistirem a qualquer momento de participarem da mesma, assim, como a garantia do anonimato das informações produzidas a partir dos instrumentos e relações realizadas. Nesse interim, utilizou-se nome de sentimentos positivos para identificar os sujeitos durante a análise da pesquisa, respeitando os preceitos acerca do anonimato dos participantes.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados denotam que adolescentes participantes da pesquisa possuem idade entre 15 a 18 anos. Estão cumprindo medida de internação pela prática dos atos infracionais considerados graves.

As famílias desses adolescentes revelam extremo grau de fragilidade, por varias situações, quais sejam: precárias situações socioeconômicas, deficiente supervisão por separação dos pais, ausência da mãe no lar devido o trabalho ou distanciamento da figura do pai, mortes e doenças rotineiras da família, relacionamentos marcados por agressões físicas e emocionais, precário diálogo intrafamiliar e dificuldade em impor disciplina, falta de acompanhamento escolar, dificuldades escolares, inserção em atividades laborativas precocemente, influência de amigos, abuso de substâncias psicoativas. As situações citadas

são sob uma égide geral acerca dos fatores de riscos para com os sujeitos pesquisados. Os processos que operam nos diferentes ambientes frequentados pela pessoa são interdependentes, influenciando-se mutuamente. Assim, a interação de uma pessoa em determinado lugar, por exemplo, na escola, é influenciada pelo ambiente e também pelas influências trazidas de outros contextos, como a família (BRONFENBRENNER, 1986).

Com relação à escolaridade nenhum dos sujeitos tem o Ensino Médio completo, e todos tem distorção série/idade, mas estão matriculados na Escola da instituição no Programa EJA-Educação de Jovens e Adultos. “Não entendia nada que os professores falavam em sala de aula, estava pensando em outras coisas lá de casa, aí só tirava nota baixa, e desisti disso aí” (PAIXÃO). Com base na pesquisa coletou-se que a maioria dos adolescentes, possuíam dificuldade de aprendizagem, subsidiando a evasão escolar. Para Pereira e Mestriner (1999), um dos motivos que levam a evasão escolar é a falta de inovação na metodologia educacional, que acaba por deixar a desejar, no que se refere às habilidades acadêmicas dos alunos refletindo na exclusão social desses alunos estereotipados como alunos problemáticos, efetivando assim a evasão escolar.

No âmbito das amizades, foi unânime por parte dos adolescentes a influência dos amigos como fator de risco.

Eu era um menino muito estudioso, era do colégio para casa. Eu gostava muito de estudar. Só tirava 9,10 e 8 nas provas. O que fez eu entrar nessa vida foi mal companhia. Eu comecei a andar com um menino que roubava e fumava maconha, só que eu nunca pensava que ele ia acabar fazendo o que ele fazia. Nunca imaginei (COMPAIXÃO).

Assim, a história de vida desse adolescente, denota que as más companhias, juntamente com a fase da adolescência, onde a pessoa quer conhecer novos mundos e a família não acompanha essa curiosidade e descoberta negativa favorece a inserção no mundo infrator. A amizade assume um papel importante no desenvolvimento pessoal do adolescente, uma vez que é reconhecida pelas suas colaborações exclusivas neste processo (CAPELINHA, 2013). Maruschi, Estevão e Bazon (2014) apontam que o relacionamento entre pares exerce significativa influência sobre o adolescente nesta fase da vida.

Os adolescentes com a necessidade de serem aceitos pelos pares, insere-se em influências positivas e negativas. Muitos adolescentes são pressionados a desenvolverem certos hábitos característicos para serem aceitos no grupo (SPRINTHALL; COLLINS, 2003)

Outro fator de risco abordado foi acerca dos relacionamentos familiares. Famílias com conflito, adolescentes sem pai e mãe, que residem com a avó, pais e mães ausentes. Uma família que oferece suporte ao desenvolvimento dos filhos, seja por meio de boa comunicação, oferecendo modelos adequados, impondo regras e os monitorando e, também oferece um canal afetivo de relacionamento, torna-se um fator de proteção para o desenvolvimento desses, desencadeando características comportamentais positivas

relacionadas aos pais e, também, a si mesmos, quando há falta ou fragilidade nesse setor da vida do adolescente, a família pode passar de fator de proteção para um fator de risco para o mesmo (DELLECAVE, et al, 2018)

Percebe-se que os fatores de riscos se inter-relacionam, apresentando assim como outro fator o abuso de substâncias psicoativas. Os dez (10) sujeitos pesquisados, faziam uso de álcool e outras drogas. E todos afirmaram que quando cometeram atos infracionais estavam sobe efeito da droga, que os davam força para fazer o que segundo eles era necessário. “Para eu sobreviver ou melhor manter o vício e não morrer de dor” (SAUDADE). A literatura identificou que a maioria dos adolescentes faz uso de bebidas alcoólicas por motivos “sociais” e pouco relata o enfrentamento como o principal motivo para tal uso, todavia, estudos apontam outros diferentes motivos para o uso como a busca pelo prazer, coragem, a diversão, a experimentação/curiosidade, a valorização social/ pertencimento, alívio do tédio, igualdade de pares, evasão escolar, relaxamento, bem como problemas pessoais (VASTERS, PILLON, 2011).

Com relação às oportunidades oferecidas para o adolescente, 08 (oito) afirmaram que nunca tiveram boas oportunidades, e não reconhecem esse contexto e seus significados na vida. Precisaram trabalhar junto com a família. “Não sei o que é bom da vida não” (PERSEVERANÇA). Apenas 02 (dois) consideram que eles não “queriam nada mesmo com a vida, pois estavam matriculados na escola, e poderiam ter frequentado a mesma”. Os adolescentes se sentem pressionados a trabalhar e estudar para suprir suas carências individuais e seus interesses materiais, mas essa conciliação entre trabalho e estudo nem sempre acontece, resultando então no abandono à escola. Na medida em que aumenta o desemprego, esses fatores se destacam, pois muitos estudantes deixam a escola para dar assistência para as suas famílias (ESPINOLA, 2010).

No âmbito da indagação acerca da percepção para com a execução dos atos infracionais. Reconhecem que os atos infracionais são algo errado. Cinco (05) possuem um projeto de vida “Ser jovem é nunca deixar de sonhar” (ESPERANÇA). “A vida é sofrida, mas não vou chorar, vou caminhar” (MOTIVAÇÃO). Os outros cinco (05) não sabem ainda o que irão fazer quando sair da instituição, e segundo eles, embora saibam que é errado o ato, não garantem não reincidirem. “O problema não é fazer de novo, o problema é a gente cair de novo” (FELICIDADE). “Não sei o que vou fazer ainda não da vida. Sei que fiz coisa errada, mas também pode acontecer de novo, as vezes não depende da gente” (ENTUSIASMO)

Contudo, não é apenas um fator de risco que subsidia o ato infracional, é todo um contexto social, econômico, educacional, cultural, familiar, biológico. Percebe-se que depende não apenas de um sistema único, uma unidade para minimizar os fatores de riscos. É preciso toda uma rede de proteção, que envolva esferas públicas, privadas e familiares para que se efetive fatores de proteção para os adolescentes.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão e considerando a análise explicitada, percebeu-se que os fatores de riscos são relacionados a contextos sociais, culturais, amizades, sentimentos negativos, família disfuncional, abuso de substâncias psicoativas, dificuldades de aprendizagem, evasão escola e inserção precoce em atividades laborativas. Compreende-se que um fator de risco, de forma isolada, encontrará maior dificuldade para levar o adolescente à prática do ato infracional. O que ocorre é um conjunto de riscos que vem muitas vezes antes da inserção na fase da adolescência.

Com base nos resultados nota-se que os fatores de proteção são significativos. Desenvolvendo os valores, a autonomia, a autoestima e as perspectivas de vida desses adolescentes. Sabe-se que a realidade desses adolescentes, é produto de um sistema que não favorece a efetivação dos direitos de igualdade, justiça e equidade. A educação não é prioridade e nem concebida como pilar para a efetivação da cidadania, uma vez que esta subsidia a efetivação de outros segmentos sociais. A família também se mostra em alguns momentos permissiva mediante comportamento dos filhos.

Considera-se que o êxito para a proteção desses adolescentes e minimização dos riscos e da criminalidade ocorrerá através da revisão de prioridades da agenda social brasileira, políticas públicas eficazes e necessárias para o adolescente se configurar como agente facilitador para um cotidiano social sem conflitos, ressignificando a vida através da justiça, dignidade, igualdade, cidadania e direitos inerentes a todo ser humanos, em especial crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho, 1990

BRONFENBRENNER, U. (1986). Ecology of the family as a context for human development. *Developmental Psychology*, 22

CAPELINHA, J.C.C. **A qualidade das relações de amizade na adolescência e suas implicações ao nível do autoconceito e da auto-estima**. Portugal: ISPA, 2013

COSTA, A. C.G. da. **As bases éticas da ação socioeducativa: conceitos e princípios norteadores**. Brasília:Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006.

ESPÍNOLA, F.A.L. **Fatores determinantes da evasão escolar no ensino médio**. Guarabira: UEPB, 2010.

FERTIG, A. **Histórias de vida de mulheres usuárias de crack**. 2013.152 f. Tese Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Enfermagem, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem. Porto Alegre: RS, 2013

LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe>. Acesso em 19/05/2018.

MINAYO, MC. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Atenção à Saúde. Saúde integral de adolescentes e jovens: orientações para a organização de serviços de saúde. Brasília: Ministério da Saúde; 2005.

MARUSCHI, M.C.; ESTEVAO, R.; BAZON, M.R. **Conduta infracional na adolescência**: fatores associados e risco de reincidência. *Arq. Bras. Psicol.*, v.66, n.2, p.82-99, 2014.

PEREIRA, L. e MESTRINER, M.L. **Liberdade Assistida e prestação de serviço a comunidade**: Medidas de inclusão social voltadas a adolescente autores de ato infracional. São Paulo: IEE/PUC, FEBEM-SP, 1999

POLETTI, M.; KOLLER, S. H. **Contextos ecológicos**: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. *Estud. Psicol.*, v.25, n.3, p.405-416, 2008.

SPRINTHALL, N.A.; COLLINS, W.A. **Psicologia do adolescente**: uma abordagem desenvolvimentista. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

VASTERS, G.P.PILLON, S.C. O uso de drogas por adolescentes e suas percepções sobre adesão e abandono de tratamento especializado. **Revista Latino-Americana de enfermagem**, v.19, n.2, p.08, 2011

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adaptações 81, 120, 129, 135, 157, 169, 184
Adolescência 21, 56, 168, 169, 170, 172, 173, 175, 177, 178
Adultos 6, 50, 52, 55, 56, 57, 63, 99, 104, 135, 140, 141, 175, 245
Anne Desclos 9, 10, 16
Atuação do psicólogo 7, 74, 75, 76, 81, 90, 94, 106, 114, 118, 185, 193
Autoexpressão 58, 62
Automedicação 8, 51, 56, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141

B

Bebê 7, 25, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 154, 156, 157, 163, 164
Bem-Estar 38, 63, 83, 98, 106, 109, 113, 115, 116, 117, 120, 121, 122, 123, 131, 135, 158, 208, 213, 226, 228
Bioenergética 58, 59, 63, 105

C

Cardiologia 76, 90, 91, 94
Classe Social 6, 32, 205
Clínica psiquiátrica 74

D

Depressão 6, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 86, 91, 92, 104, 108, 110, 111, 128, 132, 136, 140, 154, 222
Diagnóstico Institucional 7, 119, 120, 123, 124, 130

E

Enfrentamento 7, 84, 86, 111, 113, 117, 119, 120, 122, 123, 125, 129, 130, 164, 176, 212
Escuta 9, 13, 19, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 29, 30, 34, 38, 50, 52, 55, 82, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 188, 190, 203, 214
Estética 6, 8, 17, 32, 35, 39, 48, 49

F

Feminino 9, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 43, 48, 49
Freud 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 13, 16, 17, 18, 19, 20, 24, 27, 31, 40, 43, 47, 92, 96, 160, 164

G

Grupos terapêuticos 7, 74, 75, 76, 79, 80, 81

I

Idoso 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 112, 117

Idosos 7, 8, 87, 88, 106, 109, 110, 111, 112, 115, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 163, 245

Imagem Corporal 32, 95

Independência 83, 103, 158, 162, 163

Interdisciplinaridade 66, 67, 68, 71, 72, 73

Isolamento Social 5, 7, 8, 106, 108, 109, 112, 115, 121, 128, 132, 137, 138, 154, 159

J

Jung 66, 67, 68, 70, 71, 72, 73

L

Literatura erótica 9, 12, 13, 16

M

Mãe 24, 25, 29, 45, 61, 62, 63, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 164, 174, 175, 221

Massagem 98, 101, 103, 104, 105

Medicamentos 41, 51, 56, 63, 81, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141

P

Pandemia 7, 106, 108, 109, 110, 111, 113, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 137, 139, 143, 144, 149, 150, 217, 223

Perdas 59, 83, 84, 87, 88, 158

Processamento Simbólico-Arquetípico 66, 70, 73

Psicanálise 6, 2, 7, 8, 10, 11, 13, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 31, 32, 50, 89, 92, 96, 164, 184, 215, 249

Psicologia Analítica 6, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73

Psicologia Hospitalar 90, 96

Q

Queixa escolar 6, 50, 52, 56, 57

R

Recém-Nascido 98, 103

Reforma Psiquiátrica 74, 75, 76, 77, 78, 81, 82

Relato de experiência 50, 52, 90

S

Saúde da população idosa 132, 139

Sexualidade 2, 3, 9, 12, 13, 33, 39, 40, 47, 94

Socioeducação 21, 30

Subjetividade 6, 6, 10, 11, 32, 37, 45, 49, 117, 135, 143, 189, 205, 208, 213

T

Transdisciplinaridade 66, 67, 68, 69, 71, 72

Transferência 21, 22, 23, 26, 27, 28, 29, 73

V

Vegetoterapia 58, 61, 63, 64

Vínculo 2, 3, 21, 23, 26, 27, 30, 86, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 205, 213

A Pesquisa em Psicologia:

Contribuições para o
Debate Metodológico

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

A Pesquisa em Psicologia:

**Contribuições para o
Debate Metodológico**

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br